

# DIÁLOGOS ENTRE LITERATURA E ÉTICA, EM *A MULHER QUE ESCREVEU A BÍBLIA*, DE MOACYR SCLIAR

Raquel Araújo Luna<sup>1</sup>  
Ingrid Vanessa Souza Santos<sup>2</sup>  
Layze Mariana Tenório de Lima<sup>3</sup>

## RESUMO

Desde a Grécia Antiga discutia-se filosoficamente sobre “o que é ética?” e a sua função na estrutura social, porém, até então, essa pauta não cessou. Com o advento dos Estudos Culturais, pesquisadores de múltiplas áreas buscaram, também, pela via da análise literária observar as práticas enredadas em textos ficcionais, atentando para os dilemas vivenciados pelos personagens, a fim de tecerem considerações sobre aspectos que fazem alusão às relações humanas. Desse modo, o presente artigo objetiva realizar uma leitura crítica-interpretativa da narrativa *A mulher que escreveu a Bíblia* (2007), do romancista brasileiro Moacyr Scliar, problematizando questões ligadas à ética, encontradas nesta narrativa. A fim de melhor delinear nosso recorte, iremos nos ater às passagens que envolvem a relação entre a narradora-personagem e o patriarca da família. Nessa direção, discutiremos sobre como as ações lideradas pela figura paterna são ponderadas pela protagonista da trama. Para isso, contaremos com as noções teóricas de Foucault (2020), Eco (2011), Beauvoir (2016), entre outras. Em tese, acreditamos que todas as reflexões empreendidas pela personagem feminina são mediadas pelo pensamento ético-racional. Ao final da nossa leitura, constatamos que a protagonista, apesar de não confrontar o patriarca, o considera antiético, tendo em vista as atitudes controversas à posição exemplar que se espera de um líder tribal.

**Palavras-chave:** Literatura, Ética, Romance, Feminino, Moacyr Scliar.

## INTRODUÇÃO

No campo dos Estudos Culturais, variadas discussões têm ganhado fôlego no âmbito acadêmico. Por vezes, essas são mediadas pelo diálogo entre o texto ficcional e outros saberes, como a filosofia, a antropologia, a psicanálise, a teologia e tantas outras áreas. Nesse ínterim, as noções teóricas interculturais somadas às considerações empreendidas pela crítica literária resultam em uma análise melhor aprofundada acerca de alguns aspectos socioculturais, os quais se materializam em diversos gêneros textuais que circulam na contemporaneidade.

Dito isso, pretendemos discutir a relação entre o texto literário e a ética, utilizando

---

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), [lunarachel77@gmail.com](mailto:lunarachel77@gmail.com);

<sup>2</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), [ingrid\\_vanessa12@hotmail.com](mailto:ingrid_vanessa12@hotmail.com);

<sup>3</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), [layzemariana6@hotmail.com](mailto:layzemariana6@hotmail.com).

como *corpus* o romance intitulado *A mulher que escreveu a Bíblia* (2007), do escritor brasileiro Moacyr Scliar. Como recorte para nossa análise, selecionamos passagens do texto que possibilitam uma leitura pautada na percepção ética das ações que envolvem dois personagens: a protagonista e a figura do patriarca da família. De modo mais específico, nos dedicaremos a explicar a visão da personagem feminina sobre as atitudes praticadas pelo pai, o qual lidera uma comunidade seminômade de crença monoteísta, que se baseia no cumprimento do decálogo apresentado por Moisés, relatado no Antigo Testamento da Bíblia hebraica.

No que diz respeito ao autor, Moacyr Scliar nasceu no Rio Grande do Sul, em 23 de março de 1937, filho de um casal de imigrantes judeus, Sara Scliar e José Scliar, ambos de ascendência russa. Registrado como Moacyr Jaime Scliar, desde a infância demonstrou interesse pela leitura dos clássicos e com incentivo dos pais, preocupados em manter a tradição de certos costumes dos povos judeus, ele tornou-se um leitor assíduo da Bíblia hebraica. Com tal motivação, iniciou seus estudos em uma instituição católica, o tradicional Colégio Rosário (RS), onde concluiu a educação básica e ampliou seus conhecimentos sobre as tradições judaico-cristãs (Santos, 2014).

Na adolescência, se envolveu com lutas estudantis, aliando-se às pautas ligadas ao Movimento Progressista, o qual tinha o intuito de manifestar as insatisfações com a dinâmica dos poderes públicos, em meados da década de 1960. Esses grupos, compostos, em suma, por estudantes e intelectuais, reivindicavam a liberdade de expressão, o acesso aos produtos culturais e formavam oposição ao militarismo opressor, que se enraizava no cenário da política brasileira (Amaral, 2018).

Na fase adulta, Scliar formou-se em medicina, especializando-se em Saúde Pública. Nesse momento, dedicou-se a escrever a biografia Oswaldo Cruz, o qual, assim como ele, também foi médico sanitarista. Paralelo à atuação médica, a produção literária sempre se fez presente ao longo da vida. Os temas como o judaísmo e a saúde são recorrentes em suas obras, reportando-se com frequência ao Antigo Testamento, recria suas histórias. Nesse viés, está situada a obra vencedora do Prêmio Jabuti de Literatura, no ano 2000, *A mulher que escreveu a bíblia*, publicada em 1999 (Santos, 2014).

O romance em questão, é narrado em primeira pessoa pela protagonista anônima, uma jovem considerada muito feia, tanto por ela mesma quanto pelos que a cercam. Nascida na mesma época que o Rei Salomão, o qual governava a cidade de Jerusalém Antiga. Aos dezoito anos de idade, a personagem integra uma tribo seminômade, que se instala próximo às montanhas de uma zona desértica, a fim de ampliar a criação do rebanho cabras e à procura

de outros meios de subsistência. Tendo o pai como líder tribal, ela questiona as ações do patriarca, um homem que se declara seguidor do mesmo Deus monoteísta de Moisés.

Em vista disso, cremos que as ponderações realizadas pela narradora-personagem são reflexões que repensam o descumprimento dos princípios éticos por um agente que, supostamente, deveria ser uma referência à tribo. Para debater acerca da ética, então, recorreremos às noções teóricas empreendidas por Michel Foucault (2013; 2020), o qual repensa acerca das modificações culturais e históricas que perpassam o tão debatido conceito de ética. Sem perder de vista o texto literário, recorre-se a Umberto Eco (2011), para discutir sobre a interpretação textual e a exploração dos sentidos do texto, também, dentro de uma perspectiva ética da interpretação. Além disso, as definições críticas da ética, na cena contemporânea, defendidas por Cremonese (2019), nos auxiliarão durante o percurso analítico.

Acreditamos que nosso trabalho poderá somar-se aos Estudos (Inter)Culturais, bem como colaborar com a visibilidade de obras literárias provenientes do cenário contemporâneo brasileiro, como é o caso do romance em questão, escrito por Scliar. Para além disso, ao tratarmos sobre a ligação entre a ética e a obra em questão, assentimos que nosso estudo reflete e confronta sobre a “máxima social”, a qual sugere que ocupante do topo hierárquico esteja (ou seja) realmente apto a servir de referência aos seus subordinados.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente, este artigo se estrutura em uma análise literária de cunho interpretativo. Em razão disso, seu caráter é qualitativo, uma vez que elaboramos uma visão crítica nos baseando nas situações orquestradas na trama scliriana. Este artigo também se enquadra numa pesquisa bibliográfica, ao passo que nos valemos de pesquisas teóricas para respaldar toda nossa leitura entre a ética e o estudo da obra literária que elegemos como *corpus*.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A discussão sobre “o que é ser ético?” se estende por séculos, e, apesar dos numerosos debates filosóficos que emergem acerca dessa questão, o termo “ética” é comumente confundido com “moral” (Ferreira; Andrade, 2016). Antes de nos aprofundarmos nas dicotomias entre essas expressões, é importante destacar que a origem da palavra *ética* vem do grego, deriva de *ethos*. De acordo com o tradicional dicionário de língua portuguesa, o

*Aurélio*, o seu significado está relacionado a “hábitos” ou “costumes” e nos direciona para a compreensão dos princípios que norteiam as práticas humanas (Ferreira, 2016).

Segundo apontam os estudiosos da filosofia clássica, Aristóteles, que viveu na Grécia por volta de 384 a.C, é considerado o precursor do pensamento sobre a ética ligada às ações do indivíduo, visto que foi o primeiro a considerá-la como uma área do conhecimento, na qual poderia dedicar-se a refletir sobre as ações do sujeito em sociedade (Cremonese, 2019). Na perspectiva aristotélica, a ética é percebida como uma virtude, dito de outro modo, as ações desempenhadas por um integrante de uma determinada comunidade deveriam ser permeadas por princípios éticos, com a finalidade de que não só o sujeito, mas o coletivo, alcancem a felicidade e, por consequência, a promoção do bem-estar social (Ferreira; Andrade, 2016).

Após Aristóteles, a definição de ética se modifica de acordo com outras vertentes filosóficas de pensadores, como Immanuel Kant, Jeremy Bentham, Spinoza, Nietzsche, entre outros. Contudo, o significado do termo ainda é mal compreendido, segundo afirma Cremonese (2019), mesmo no cenário contemporâneo, o qual dispõe de aparatos que promovem maior acesso à informação, a eventual confusão entre ética e moral é recorrente. Além disso, a referida pesquisadora menciona que a ética pode ser relativa, isto é, de uma cultura para outra, as noções sobre uma mesma prática podem variar (Cremonese, 2019).

De toda forma, retornando à distinção entre ética e moral, esclarecemos que o vocábulo “moral” advém do latim *morus*, e diz respeito à regra, entre outras definições com valor semântico semelhante (Ferreira, 2016). Nesse sentido, Émile Durkheim, estudioso e filósofo francês, pondera que a moral pode ser definida como o conjunto de valores, normas, ordenamentos construídos socialmente, que (pre)determinam a conduta prática dos indivíduos (Durkheim, 1994). Assim, se a moral diz respeito às vivências, a ética, por sua vez, trata-se de uma reflexão sobre as experiências humanas.

Ao pensarmos na junção entre ética e literatura, *a priori*, vale ressaltar o posicionamento de Umberto Eco (2011). Esse autor propõe a noção de uma leitura ética do texto, ressaltando a importância em manter uma interpretação que preserva os significados gerados pela tessitura da narrativa, a fim de evitar equívocos que extrapolam o sentido do texto. Nesse sentido, ele nos alerta sobre o cuidado com a “permissividade interpretativa”, afirmando que existem limites discursivos para que se possa compreender uma obra, mencionando que o perigo da superinterpretação surge quando inverdades são imputadas ao texto, conforme nos evidencia o fragmento:

Os textos literários não somente dizem explicitamente aquilo que nunca poderemos colocar em dúvida mas, à diferença do mundo, assinalam com soberana autoridade

aquilo que neles deve ser assumido com relevante e aquilo que *não* podemos como ponto de partida para interpretações livres (ECO, 2011, p. 13).

No referido fragmento, Eco (2011) sinaliza que durante a leitura-análise de um objeto literário, por mais liberdade que tenhamos de realizar considerações sobre um romance ou qualquer outro gênero literário, temos o compromisso de utilizar a boa-fé, sem manipular ou criar deduções inconsistentes acerca do que a criação literária almeja nos dizer, por mais “livres” que possam parecer as interpretações sobre uma mesma obra. Essa tal liberdade, referida no trecho, não deve tornar-se um elemento que se conceda o desvio da interpretação textual, ou seja, ainda que o leitor goze da abertura interpretativa, a própria linguagem semântico-textual recusa suposições precipitadas. Nesse sentido, Umberto Eco elucida sobre um certo “oportunismo deliberado”, o qual prejudicaria os significados propostos pelo texto literário (Eco, 2011).

Na cena literária, nunca foi incomum que os autores fossem confundidos com os seus escritos ficcionais, mesmo que a história seja dissidente das vivências reais. Leitores inexperientes tendem a pensar o texto como uma amostra autobiográfica ou uma crença particular do autor. Uma visão um tanto equivocada ao supor que as pessoas são fragmentos exatos daquilo que textualizam. Não estamos negando que existam traços característicos que individualizam um escritor, mas, que nem sempre os leitores julgam uma obra com prudência. Essa infidelidade ao sentido e aos significados do texto é o que, justamente, fere a ética.

No entendimento de Foucault (2009), ele afirma que o autor ocupa a função enunciativa, o qual agrupa, exclui e organiza o discurso, por meio da seleção linguística, cabendo a ele nomear o texto e se responsabilizar por ele. Nessa perspectiva, o filósofo francês argumenta que o autor controla a produção dos discursos, pois delimita o que deseja dizer ou omitir textualmente (Foucault, 2009). Por essa analogia, a interpretação obedece a um jogo discursivo mediado pela relação de poder, que ocorre durante as escolhas realizadas pelo produtor do texto. Para Foucault, a “instância criadora” tem a seguinte função autoral:

[...]o autor torna possível uma limitação da proliferação cancerígena, perigosa das significações em um mundo onde se é parcimonioso não apenas em relação aos seus recursos e riquezas, mas também aos seus próprios discursos e suas significações” (Foucault, 2009, p. 287).

Com base nisso, captamos que os limites interpretativos são estabelecidos pelo redator, durante o ato da escritura, mesmo que depois surja uma pluralidade de significados por parte do leitor. Vemos que essas fronteiras discursivas descritas por Foucault (2009) se aproximam das recomendações feitas por Eco (2011). Assim, ambos os teóricos nos indicam que, de todo

modo, é necessário, e ético, não extrapolar a interpretação, pois muito do que está materializado no texto tem uma intencionalidade proposta pelo autor.

Ao tratar sobre a distinção entre moral e ética, Foucault (2020) não se exime de destacar a influência que uma aparelhagem, ou seja, uma estrutura de poder segmentada por hierarquias, que antecedem a existência do próprio sujeito. Explicando de um modo didático, o autor busca salientar que antes de tomarmos consciência do contexto no qual estamos inseridos, já nascemos regrados por ideologias, as quais tomam forma de costumes. Por sua vez, a tradição sociocultural é uma faceta que integra a identidade de um povo, tornando certas práticas (costumes) vistos como naturais entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo. A respeito disso, Foucault (2020) explica:

Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação proposto aos indivíduos e aos grupo por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc. Acontece de essas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também de elas serem transmitidas de maneira difusa, e longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias (Foucault, 2020. p.32).

Na visão foucaultiana, a existência das normas sociais não operam de forma suficiente para limitar que os sujeitos não se desviem delas. Cada um, ciente dos preceitos (pre)estabelecidos, pode optar em aderir ou se desviar deles. Daí, surge a liberdade pessoal de obedecer ou infringir, contudo, sabendo que a fuga do moralismo pode acarretar o castigo, a punição, ou, em último caso, escapar sem sequelas dos desvios cometidos. O que Foucault (2020) sugere, desemboca na inexistência de um controle total das ações humanas por meio do código moral, ao passo que ele pode ser contornado, negociado ou negado.

Dessa maneira, essas prescrições teóricas nos servem de ensejo para dar sequência à leitura que propomos para o romance, *A mulher que escreveu a bíblia* (2007). Nele, Moacyr Scliar pôs a tinta e a pena nas mãos de uma jovem personagem, para que pudesse registrar uma outra face da história não contada pela Bíblia hebraica. Considerando o que postula Foucault (2009), Scliar organizou sua narrativa, ora excluindo, ora acrescentando fatos ao texto literário, estando ciente de suas escolhas enunciativas. Desse modo, criando uma nova versão sobre a redação da Bíblia hebraica.

Ao observarmos o título da obra, cremos não exceder os limites da interpretação, proposto por Eco (2011). Sugerimos duas transgressões iniciais cometidas: a primeira diz respeito a uma mulher letrada, em uma conjuntura patriarcal na qual nem mesmo os homens tinham o domínio do signo; em segundo, a escrita feminina do texto sagrado, em que a autoria,

pelo que aponta a teologia, é de cunho masculino (Guimarães, 2008). Contudo, sem perder de vista o que nos interessa, essa mulher-anônima, narradora em primeira pessoa, nos relata sua visão particular sobre os fatos comuns a sua época, conforme nos apresenta as primeiras linhas do romance: “É feia, esta que vos fala” (Scliar, 2007, p.15). Assumindo a tônica de narradora-personagem, em conformidade com Gancho (2002), temos um discurso unilateral, no qual essa voz feminina narra todos os eventos desenvolvidos na trama.

A personagem anônima, inventada por Moacyr Scliar, consegue adquirir conhecimentos gráficos que dizem respeito à escrita e que, mais tarde, serão requisitados para a construção da narrativa bíblica. Entretanto, o nosso recorte antecipa a aquisição desse conhecimento específico, conforme a linearidade que se estabelece no romance. Nesse sentido, o que nos interessa é anterior ao domínio do código escrito, pois a jovem, nas primeiras páginas do romance nos confessa suas vivências e seus pensamentos mais íntimos sobre as pessoas que a rodeiam.

Dando sequência ao cerne da nossa discussão, o primeiro questionamento ético por parte da protagonista ocorre ao descrever a figura paterna, como lemos no seguinte excerto:

Não que fosse um exemplo de moral; era um mulherengo conhecido, esses que não respeitam nem a mulher nem o próximo. Além disso, andara metido com negócios escusos - parte de seu rebanho era para usar de eufemismo de procedência duvidosa. Nada disso o impedia de posar como guardião da moralidade. Exigia da tribo, e da família em particular, um comportamento irrepreensível (Scliar, 2007, p.16).

Notoriamente, o referido trecho nos revela expressões de repúdio, as quais denunciam a discordância explícita com as atitudes controversas do patriarca. Ao chamá-lo de “mulherengo conhecido”, ela demonstra uma característica repetente na conduta dessa figura, possivelmente, também conhecida por outros membros daquela comunidade, para que faça sentido o emprego da forma adjetiva “conhecido” complementando o título sexual de “mulherengo”. Dessa maneira, convém à filha interpretá-lo como um desviante do ordenamento sagrado: “Não desejarás a mulher do teu próximo” (Êxodo 20:14).

Adiante, a narradora nos informa sobre a aquisição suspeita de bens materiais, com o uso do termo “negócios escusos”, correspondendo ao ato ilícito de possuir objetos por meio de uma conduta infratora, portanto, destoante do “Não roubarás” (Êxodo 20:15). Com isso, o discurso nos confirma, mais uma vez, a contravenção ao decálogo bíblico, conhecido, também, como as “Tábuas da Lei”. Cabe ressaltarmos que, em sociedades arcaicas, a Lei instaura-se através de uma mediação entre o homem e a sua interpretação dos direcionamentos divinos. Por isso, ao longo dos séculos, diversas culturas não desvincularam

o Direito da espiritualidade, fator que justifica a suposta preocupação dos seguidores do monoteísmo abrahâmico aos dez mandamentos, visto que, tinham a partir disso o crivo para designar o “certo” e o “errado” (Guimarães, 2008).

Além disso, vemos que o líder tribal se utiliza de uma “máscara social”, que implica no falseamento das relações interpessoais, porque não admitia que outros cometessem ações semelhantes às que ele mesmo reproduzia. Isso posto, apesar do fragmento nos apresentar as expressões “exemplo de moral” e “guardião da moralidade”, é pelo pensamento racional e ético que a protagonista examina as práticas do chefe tribal, pois conforme elucida Cremonese (2019): “ [...] a ética é sempre um olhar vigilante sobre a moral. A ética é a avaliação normativa das ações e do caráter de indivíduos e dos grupos sociais” (p. 10). Essa citação é pertinente para compreender de que modo a protagonista encara os desacertos do patriarca, pois suas ponderações ocorrem pelo campo da observação silenciosa e reflexiva sobre as práticas do genitor.

Conforme já pontuamos neste artigo, ao refletirmos sobre as experiências vividas estamos nos pautando na ética, nesse caso, é assim que a narradora procede (Durkheim, 1994). Nessa esteira, não podemos deixar de mencionar que o *status* de poder ocupado pelo patriarca, o lugar de líder, o auxilia na manutenção dessas práticas, bem como serve de escudo para, em particular, o resguardar de uma punição. Assim, prevalece confortavelmente na impunidade, o que faz dele um sujeito antiético, segundo a avaliação da própria filha.

Quanto à expectativa de confronto entre a protagonista e o pai, ela só existe no plano das ideias da narradora. Com isso, queremos dizer que entre os dois não há embate pessoal concreto, pois, semelhante aos outros componentes da tribo, a protagonista segue sem externar sua aversão ao patriarca. Acerca desse silenciamento, entendemos que configura uma manobra social, em que prefere à submissão ao desconforto de ser reprimida pela autoridade local. Sobre esse estágio de subordinação silenciosa, comum em organizações baseadas no patriarcado, Knibiehler (2016) esclarece que além da suposta inferioridade atribuída à mulher desde o mito de Eva, a punição aplicada às transgressões femininas, mesmo quando identificava-se o mais sutil ato de discordância, tornavam-se severas, pois, tal ousadia, percebida como uma herança pecaminosa, feria a dois senhores: o ordenamento divino (a Deus) e, por consequência, ao poder terreno (o homem) (Knibiehler, 2016).

Em outra citação extraída do romance, lemos: “Exigia da tribo, e da família em particular, um comportamento irrepreensível” (Scliar, 2007, p.16). Esse dito, o qual põe em relevo a configuração familiar ideal à boa imagem do patriarca, nos atesta que, estando a protagonista ciente dos regulamentos apreciados pelo pai, não sairia impune ao proceder de



forma indisciplinada aos olhos de seu vigilante. Observando a discussão do ponto de vista contemporâneo, a narrativa traz à tona uma questão ética bastante atual, que tomou forma de ditado popular: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Dito isso, corremos o risco de parecermos anacrônicas, porém, depreendemos que esse entendimento caminha junto à ideia de ética que a protagonista tem ao reparar nos feitos (in)morais do pai, o qual vive o oposto daquilo que prega.

Para Durkheim (2000), a ética está interligada à moral, dessa maneira, quando um indivíduo age de modo arbitrário ao que se compreende como correto, está sendo corrupto em suas ações. Por essa via, a ética precede a moral, e a falha moral fere a ética. Aplicando essa visão conceitual ao texto literário, em nenhum momento notamos que a narradora concorda com o pai ou busca justificativas para os delitos dele. Pelo contrário, mantém fixa em seu pensamento a noção desordeira dos atos praticados pelo genitor, questionando o *status* de poder através da comparação entre o discurso e a prática dele.

Na passagem acima, enxergamos que a narradora não se mostra compreensiva para com o pai, buscando formas de minimizar seu proceder, também, vemos no exame do seu discurso particular, o desprezo pelas máscaras concebidas por ele. Quanto ao termo “inimigo”, atentamos nessa leitura para o fato da oposição entre o “dizer” e o “fazer” do patriarca, o que o torna um inimigo sorrateiro daquilo que o regula (o mandamento religioso), em desacordo com suas vivências diárias, caminhando pela contramão de uma figura com procedência exemplar ao olhos da filha.

Em outro momento, a protagonista descreve seu parente da seguinte forma: “Era um homem ambicioso, ele, ainda que não muito inteligente. E irretirável: não admitia ser contrariado” (Scliar, 2007, p.16). Aqui, ela nos informa traços da personalidade que demonstram o rigor dos seus modos: a ambição, contrária à virtude da humildade; o orgulho para reconhecer suas intempéries e a incapacidade de avaliar as falhas pessoais, vestindo uma carapaça de firmeza que, na verdade, serve de esconderijo para abrigar a falta de escrúpulos. Desse modo, a recusa para receber correção esboça uma imagem de um homem rígido, o qual prefere manter sua falível e lacônica palavra que enxergar e buscar melhorar a si mesmo.

Tal comportamento esbarra numa masculinidade autoritária, que não suporta ser confrontada. Para os adeptos do imperialismo fálico, reconhecer as próprias imprudências aparece como um sinônimo de fraqueza masculina em sociedades lideradas por representantes do patriarcado (Nolasco, 1997). Isso faz do personagem em questão um homem hipócrita, incapaz de honrar princípios que norteiam as práticas socioculturais do próprio povo, ao passo que sua postura o converte em uma figura incoerente para exercer o

cargo de chefia.

Além do mais, ao questionar o intelecto do pai, admitindo que não era sábio, a protagonista nos permite inferir que ela o vê como incapaz para exercer o posto de liderança, pois, ao somar a desinteligência e a inibição da correção, ele poderia colocar a tribo em situações de risco. Se atentarmos que a conjuntura política era sustentada, em suma, pelos homens, na ousadia da narradora, ao destacar a falta de habilidade do pai para gerir a tribo, logo, observamos que ela representa sua antítese. Contudo, se expusesse verbalmente suas considerações sobre a inaptidão do pai, seria, no mínimo, considerada rebelde por contrariar um representante da hierarquia.

Ao fim da narrativa, nos deparamos com uma narradora-protagonista que busca subverter sua condição secundária ao adquirir conhecimento do código linguístico, um privilégio de poucos naquele contexto, em que as informações eram transferidas pela oralidade. Mais tarde, ela é convocada pelo Rei Salomão para escrever a Bíblia, colaborando com a redação dos livros que compõem o pentateuco judaico-cristão e de outros livros que estão contidos no Antigo Testamento. Ao ser hospedada no palácio do Rei, para atender às exigências do monarca, ocorre o distanciamento familiar, assim, a trama se desdobra por outros caminhos e, por esse motivo, a ligação parental com a figura paterna não se estende com maior ênfase no decurso do romance.

Poderíamos observar outros aspectos à luz dos conceitos éticos que exploramos desde o início da discussão, mas, sendo fiéis ao recorte que nos dispomos explorar, vemos que a narrativa se desloca para outros episódios, nos quais o patriarca não se faz mais presente, então, certamente, estaríamos fugindo dos objetivos traçados para essa leitura. Ademais, acreditamos que na literatura existe um leque de possibilidades e exemplos que nos ilustram sobre temas recorrentes na humanidade: os dilemas afetivos, questionamentos científicos, impactos políticos, entre outros. Ao nosso ver, esses podem ser melhor examinados pelo crivo de uma leitura amparada pela ética.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao elegermos *A mulher que escreveu a Bíblia* (2007) para nossa análise, vislumbramos dar um novo olhar para o texto Sciriano. Cremos que, ao comentarmos sobre a relação entre a ética, do ponto de vista da personagem para com a figura paterna, representante autoridade dentro da hierarquia familiar naquele contexto, demonstramos que a literatura nos provoca a pensar acerca de demandas perceptíveis nas relações interpessoais

diárias, sem, é claro, extrapolar os limite entre ficção e realidade.

Notoriamente, antes mesmo de obter acesso às letras, identificamos que a protagonista detém uma forte capacidade intelectual, o que faz dela uma pensadora eficiente para questionar o “outro” que a cerca. Com o olhar pautado na ética, ela enxerga o desvio moral do patriarca, mesmo que os apontamentos mensurados não modifiquem ou causem dano ao circuito da regência tribal.

Dito isso, no decurso da nossa análise, procuramos parecer didáticos, visando a melhor relacionar o pensar ético e o texto literário, promovendo, assim, um novo trajeto para leitura da obra. Com isso, concluímos que na literatura sempre há espaço para discussões éticas. Por fim, a nossa leitura, em concordância com Eco (2011), não esgota as possibilidades de outras interpretações, contudo nosso intuito como pesquisadores é o de propor caminhos, inclusive, para outras formas de análise.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. Moacyr Scliar: *diálogos entre memória e diáspora*. 2018. 289 f - Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

ANDRADE, A. F.; FERREIRA, T. F. Os conceitos de moral e ética e a importância dessa compreensão docente no contexto educacional. *In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO*, 15., 2016, Fortaleza. *Anais [...]*. FORTALEZA: Edições UFC, 2016. v. 1, p. 910-918.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Bíblia Sagrada: *Nova versão internacional*. 12. ed. São Paulo: Bíblia, 2001.

CREMONESE, D. *Ética e moral na contemporaneidade*. *In: Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais* Vol. 1. nº 1, jan – abr. 2019. p.08-28. Disponível em: <file:///C:/Users/Raquel/Downloads/8618-Texto%20do%20artigo-24949-2-10-20190206.pdf>.

DURKHEIM, E. *Sociologia*. Tradução: Laura Natal Rodrigues. 9.ed. São Paulo: Ática, 2000.  
ECO, U. *Sobre a Literatura*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.

ECO, U. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Tradução: Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2011.

FERREIRA, A.B. H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* In: \_\_\_\_\_. *Estética, Literatura e Pintura, Música e*

Cinema. Rio: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Tradução: Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* (vol.2). Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Paz e Terra: São Paulo, 2020.

GANCHO, C. V. *Como Analisar Narrativas*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2002.

GUIMARÃES, V. A. X. A construção do ator feminino em A mulher que escreveu a Bíblia. *Estudos Semióticos*, [S. l.], n. 4, 2008.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49203>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KNIBIEHLER, Y. *História da Virgindade*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NOLASCO, S. *Um Homem de Verdade*. In: CALDAS, Dario (org.). *Homens*. São Paulo: Editora SENAC, 1997, p. 13-29.

SANTOS, M. C. P. dos. *Aspectos da trajetória literária de Moacyr Scliar*. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 137–153, 2014. DOI: 10.17851/1982-3053.8.14.137-153. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14217>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SCLIAR, M. *A mulher que escreveu a Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

